

**“Interdependência nas relações China – EUA: a formação da economia Sino-Americana e sua importância para o ciclo de crescimento econômico mundial entre 2.000 e 2.006”**

*Antonio Carlos Diegues*

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR – Campus Sorocaba**  
**Professor do Curso de Ciências Econômicas**  
[acdiegues@ufscar.br](mailto:acdiegues@ufscar.br)

**Abstract**

The main purpose of this paper is to describe and analyse the constitution of an Sino-American economy. The secondary purpose is to analyse the consequences of this new arrangement in the economic boom of 2.000 – 2.006. Based on this analysis, this paper concluded that Sino-US relations acted as a instrument to, simultaneously, corroborate the US economic and politic global leadership and to expand the potencial to capital valorization in US and in the whole international economic system. The paper also concluded that the sustainability of this eventual new arrangement is not ensured *a priori*, despite its important benefical effects in international economic system. In other words, this sustainability arises more in Sino-US strategic political actions than in the field of “economics”.

**Key-Words:** Sino-American Economy; International Economic System; Macroeconomic Policy; International Economy; Economic Growth.

**JEL CODE:** F42; F50; F15; F30.

**“Interdependência nas relações China – EUA: a formação da economia Sino-Americana e sua importância para o ciclo de crescimento econômico mundial entre 2.000 e 2.006”**

**1. Introdução**

*“Things will be all right when Sino-US relations eventually improve”*

Deng Xiaoping

O objetivo principal deste artigo é descrever e analisar a integração e a interdependência na economia Sino-Americana. Como objetivo secundário, tal artigo procurará analisar os diversos desdobramentos originários da consolidação deste movimento de integração sobre o ciclo de crescimento econômico mundial entre 2.000 e 2.006.

A argumentação adotada neste trabalho é a de que a constituição de uma economia Sino-Americana atua como condição *sine qua nom* para a ratificação da posição de liderança da economia estadunidense no cenário internacional. Em outras palavras, ao contrário da argumentação convencional que interpreta a consolidação da economia chinesa em uma posição de destaque no sistema internacional como uma ameaça à liderança estadunidense, este artigo procura mostrar que a interdependência na economia Sino-Americana é **um elemento central para a viabilização da liderança dos EUA no processo de acumulação capitalista no início do século XXI.**

Tal percepção justifica-se porque, ao se utilizar uma abordagem fundamentada na “economia política” procura-se mostrar que o *modus operandi* desta integração econômica configura-se como o principal fator potencializador da ampliação do espaço de valorização do capital da empresa transnacional estadunidense e da autonomia na formulação da política econômica deste país no período compreendido entre 2.000 e 2.006.

Iniciada a partir da ascensão ao poder de Deng Xiaoping em 1979, a construção da integração econômica entre China-EUA ocorre num cenário de busca de isolamento e de desgaste da URSS na região asiática, materializando-se numa estratégia de “desenvolvimento a convite”. Viabilizada a partir do sucesso da “reorientação da

estratégia de desenvolvimento”<sup>1</sup> comandada por Deng Xiaoping e da acoplagem da economia chinesa aos EUA através de uma vertente similar ao “paradigma dos gansos voadores”<sup>2</sup>, tal estratégia de desenvolvimento a convite cria as bases sobre as quais viriam a se estabelecer a economia Sino-Americana.

Nesse cenário, com o intuito de analisar a configuração desta interdependência nas relações China – EUA e seus efeitos diretos e indiretos sobre o ciclo de crescimento econômico mundial entre 2.000 e 2.006, este artigo se divide em três seções além desta introdução.

Na segunda seção é descrito como o processo de integração produtiva China-EUA iniciado nos primeiros anos da década de 1980, consolida as bases materiais para a formação da economia Sino-Americana. Mostra-se que as origens desta integração econômica estão intrinsecamente associadas à existência de objetivos estratégicos complementares (porém permeados por um estado latente de tensão) entre EUA e China no período. Em relação ao primeiro, observa-se que a constituição interdependência econômica Sino-Americana se configuraria como um instrumento de um objetivo mais amplo de enfraquecimento da URSS e de confronto direto com o modo de produção socialista no contexto da Guerra Fria. Já no que diz respeito à China, esta interdependência seria um dos principais elementos que confeririam sustentação econômica e política ao projeto de “Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento” comandado por Deng Xiapoing, o qual tinha entre seus principais objetivos o desenvolvimento das forças produtivas chinesas, a consolidação deste país

---

<sup>1</sup> Uma descrição detalhada da “Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento” Chinesa embasada no exame de diversos documentos do Partido Comunista Chinês (PCC) é apresentada em WU (2005). Nesta obra o autor apresenta, ainda que *en passant*, uma questão muito importante (e também polêmica) para a compreensão dos condicionantes políticos e materiais para a constituição da economia sino-americana a saber, a definição de socialismo apresentada pelo documento “*Decision of the CCCPC on Reform of the Economic Structure*” na Terceira Plenária do 12º Comitê Central do PCC. Isso porque ao afirmar que “*the fundamental task of socialism is to develop social productivity ... The full development of a commodity economy is an insurmountable phase in the development of the society and the economy and a necessary requirement for the realization of the economic modernization of China. Only with a fully developed commodity economy can the whole economy be fully invigorated so that enterprises can have higher efficiency and more flexible operation to cope with complex and changing social needs*” o PCC **articula uma compatibilidade entre os objetivos estratégicos (políticos, econômicos e ideológicos) chineses de longo prazo e os limitações estruturais apresentadas pela economia local em meados dos anos 80**. Uma análise muito desta compatibilidade muito bem argumentada e fundamentada numa abordagem baseada na “economia política” é apresentada em MEDEIROS (2008).

<sup>2</sup> Uma leitura bastante interessante da importância dos fatores geopolíticos que fundamentam em última instância a estratégia de “desenvolvimento a convite” e se constituem nos elementos centrais do paradigma dos gansos voadores é apresentada em diversos trabalhos de Medeiros (1999, 2001, 2004, 2.006 e 2008). Uma leitura perspicaz das implicações político e econômicas para a China a partir da retomada do poder pela tecnoburocracia é apresentada em BRESSER-PEREIRA (1980).

como principal potência hegemônica na Ásia (recuperando a posição milenar de destaque da civilização chinesa e superando as humilhações impostas por potências estrangeiras – notadamente o Japão – nos séculos XIX e XX) e a cooptação econômica e futura integração territorial de Hong Kong e da “província rebelde” de Taiwan. Como resultado deste processo de integração produtiva, a primeira seção é concluída destacando a importância crescente da China para a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho, forjada em grande parte devido à atuação dos capitais e da influência política estadunidenses.

Na terceira seção, procura-se descrever como se estruturaram os mecanismos de funcionamento e os impactos decorrentes da formação da economia Sino-Americana tanto nas dimensões internas destes países quanto na quanto na dinâmica capitalista global no período entre 2.000 e 2.006. Mostra-se que a partir da consolidação da integração produtiva entre as economias chinesa e estadunidense principalmente no início dos anos 2.000, a arquitetura econômica e também política do sistema internacional dá indícios de ter iniciado uma longa fase de reconfiguração. Dentre os principais resultados desta reconfiguração para os EUA destaca-se a importância estratégica da formação da economia Sino-Americana para a manutenção da estabilidade de preços em seu mercado interno, para o aumento da produtividade decorrente da importação de bens intensivos em TIC a preços baixos e decrescentes, e para a manutenção de baixas taxas de juros viabilizadas pela aquisição de títulos denominados em dólar pela autoridade monetária chinesa. Além da importância destes impactos para viabilizar e incentivar o crescimento econômico nos EUA e do incentivo à pujança econômica chinesa, os efeitos positivos da formação da economia Sino-Americana também se espalharam para diversas partes do globo no período entre 2.000 e 2.006. No que diz respeito à Ásia, mostra-se que o vigoroso ritmo de expansão da economia chinesa fez com que este país se transformasse num importante centro irradiador de dinamismo local. Já no que diz respeito à América Latina e à África destaca-se que a explosão da demanda chinesa por *commodities* agrícolas e minerais fez com que grande parte dos países destas regiões obtivessem uma melhora substancial em seus saldos na conta corrente, fato este que impulsionou o crescimento econômico e ampliou a autonomia destes países para a formulação de políticas econômicas pró-crescimento.

Na quarta e última seção, são apresentadas algumas considerações finais.

## **2. Integração produtiva: as bases materiais para a formação da economia Sino-Americana**

Ao se analisar o fenômeno de crescente integração produtiva entre as economias chinesa e estadunidense, notar-se-á como destaca MEDEIROS (1999) que esta integração consolida-se como resultado de uma estratégia de longo prazo forjada no contexto da Guerra Fria.

Aproveitando-se do rompimento da China com a URSS ainda no início da década de 1960 e dos posteriores conflitos fronteiriços entre esses países na região da Manchúria nesta mesma década, os EUA iniciam o processo de reaproximação ao “Império do Meio”. Com o intuito de desgastar a URSS e forçá-la a imobilizar um grande contingente militar na fronteira chinesa, o então assessor de segurança nacional Henry Kissinger articula o restabelecimento das relações Sino-Americanas a partir de duas visitas secretas ao país em 1971. Como resultado destas visitas, ainda em 1971 os EUA retiram o embargo comercial imposto à China em decorrência da ascensão comunista em 1949, abrindo espaço para a importação de grãos e matérias primas norte americanas<sup>3</sup>.

Paralelamente, neste mesmo ano a China passa a integrar as Nações Unidas e Formosa é excluída desta instituição. Tal processo de reaproximação estreita-se ainda mais em 1972 quando Richard Nixon torna-se o primeiro presidente estadunidense a visitar a China.

Com a morte de Mao Tse Tung em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping em 1978, as relações China – EUA intensificam-se e sofrem grandes transformações qualitativas. Nesse novo cenário, a política de isolamento e desgaste da URSS segue o caminho já percorrido por outras nações asiáticas e materializa-se naquilo que WALLERSTEIN (1979) denominou num diferente contexto de estratégia de “desenvolvimento a convite”.

---

<sup>3</sup> Cabe destacar que a instabilidade e a deficiência estrutural no abastecimento alimentar e de matérias primas constitui-se em um dos principais (senão o principal) obstáculos ao processo de crescimento econômico chinês pós 1949. Tais obstáculos materializaram-se principalmente na incapacidade do setor agrícola acompanhar o crescimento da demanda doméstica por grãos e da necessidade de matérias primas e insumos por parte do setor industrial. Para uma discussão mais detalhada ver WU (2005), NAUGHTON (1996), YAO (2.000), entre outros.

**A partir desta estratégia mais ampla de enfraquecimento da URSS e de confronto direto com o modo de produção socialista**, os EUA estabelecem um acordo bilateral de comércio com a China já em 1979 e, em 1980, assinam o acordo mútuo de “Nação mais Favorecida”.

Paralelamente, no contexto da “Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento”, Deng Xiapoing inicia nos primeiros anos da década de 80 o processo de estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais de Shenzhen, Zhulai, Shantou e Xiamen. **Com o objetivo de absorver capital e tecnologia internacionais, criar as bases para a cooptação econômica de Taiwan e Hong Kong e fomentar um componente adicional da demanda efetiva (exportações), as ZEEs tornam-se as bases para a inserção chinesa nos fluxos internacionais de comércio.** Segundo o próprio Deng Xiaoping, tais ZEEs seriam os instrumentos através dos quais a China estabelecerá relações ativas, inclusive econômicas e culturais com outros países na base dos ‘Cinco Princípios de Coexistência Pacífica’<sup>4</sup>. Estas relações, por sua vez, “seriam essenciais para que o país alcançasse os países desenvolvidos em 50 anos”<sup>5</sup>.

Conservando a estratégia gradualista que caracteriza a reorientação da estratégia de desenvolvimento pós 1978 (NAUGHTON, 1996), o processo de integração da economia chinesa aos fluxos comerciais globais intensifica-se, primeiro com a criação de novas ZEEs e depois com a permissão gradual de integração ao comércio exterior das cidades costeiras e de algumas localizadas ao longo do rio Yang Tse.

Fruto do enorme sucesso deste processo de abertura e, em escala maior, da estratégia de desenvolvimento a convite, o PIB e os fluxos de comércio exterior passam a exibir taxas exponenciais de crescimento. Tais fluxos acentuam-se ainda mais a partir de meados da década de 90, fazendo com que a China assumisse cada vez mais o papel relegado à Inglaterra na primeira Revolução Industrial, de “*workshop of the world*”.

Essa transformação, por sua vez, viabiliza-se em grande parte devido à atração de IDE asiático e da emergência do paradigma da empresa rede<sup>6</sup> em finais da década de 80. Num primeiro momento esse IDE originava-se fundamentalmente da repatriação de

---

<sup>4</sup> Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica são: respeito mútuo no que diz respeito à soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência recíproca em assuntos internos de outros países, igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica.

<sup>5</sup> Discurso na Terceira Plenária da Comissão Central de Aconselhamento do Partido Comunista Chinês.

<sup>6</sup> Para uma discussão do paradigma da empresa-rede ver CHESNAIS (1996) e ERNS & KIM (2002) entre outros.

capitais possuídos por cidadãos chineses residentes em Hong Kong, Taiwan e Macau. Posteriormente, em virtude da consolidação do processo de integração econômica ao exterior e da alta rentabilidade dos primeiros empreendimentos, observa-se uma nova onda de atração de investimentos, oriundos de diversos outros países (com a incorporação de Japão, EUA e Coréia do Sul). É exatamente a partir desta nova onda que se intensifica o movimento de deslocamento de atividades manufatureiras (notadamente asiáticas e estadunidenses neste primeiro momento) para a China.

Assim, devido a um conjunto enorme de fatores como câmbio desvalorizado e estável, baixos custos produtivos (que incluem diversos incentivos fiscais e de comércio internacional, crédito abundante e barato, baixos salários, baixo custo da terra, baixo custo dos insumos, entre outros), escala crescente e ao movimento internacional de terceirização das atividades produtivas que caracterizou diversos setores a partir da década de 1990, a China assume papel de destaque na atração dos fluxos globais de IDE.

Como resultado do crescimento exponencial destes influxos, a partir de 1993 a China torna-se o maior receptor de IDE entre os países em desenvolvimento (WU, 2005), o qual passa a situar inclusive em patamares semelhantes aos maiores receptores mundiais<sup>7</sup>.

Direcionando-se fundamentalmente para as atividades manufatureiras (cerca de 60% segundo as estatísticas oficiais chinesas) tal investimento é o grande responsável pelo exponencial crescimento do comércio exterior chinês pós 1979 (BRANSTETTER & FOLEY, 2007).

Neste cenário, conforme comprova a tabela 1, a corrente de comércio exterior chinesa salta de cerca de US\$ 30 bilhões em 1979 para estrondosos US\$ 1,76 trilhões, o que representa um crescimento anual médio de 47%. Uma vez que o crescimento destes mesmos fluxos de comércio globais no período foi de 13,2 %, tal expansão fez com que a participação chinesa nas exportações e nas importações globais aumentasse substancialmente (de cerca de 1% em ambos os casos em 1980 para 8,1% e 6,5% respectivamente em 2.006) e que o saldo comercial chinês representasse em 2.006 cerca de 6,7% de seu PIB. Como elemento comparativo, neste mesmo período a

---

<sup>7</sup> Segundo o World Investment Report (WIR, 2.006), neste ano a China estava entre os três maiores receptores mundiais de IDE, juntamente com Reino Unido e EUA.

representatividade brasileira tanto nas exportações quanto nas importações (que era muito semelhante à chinesa no início dos anos 1980) continua praticamente estagnada. Em decorrência desta expansão das exportações chinesas, a partir de 2003 tanto as exportações quanto as importações passam a representar mais de um quarto do PIB chinês. Assim, observa-se que a partir de 2004 o crescimento do saldo comercial se consolida como um importante contribuinte líquido para o crescimento do PIB, contribuição essa que chega a excepcionais 86,5% do total do crescimento do PIB em 2005 e 33,8% em 2006 (vide tabela 1).

Um fenômeno interessante a ser destacado nesta evolução refere-se ao fato de que a despeito do crescimento exponencial das exportações chinesas ao longo de todo o período, **é apenas a partir da segunda metade dos anos 2.000 que se observa um aumento vertiginoso nos superávits comerciais.** Tal fato, por sua vez, pode ser explicado por dois fatores.

O primeiro deles diz respeito à constatação de que grande parte das atividades manufatureiras chinesas direcionadas ao mercado externo se organizarem a partir da constituição de redes produtivas globais, **fato este que faz com que quaisquer aumentos da produção voltada à exportação estejam intrinsecamente associados ao aumento da demanda de partes, peças, componentes e insumos produzidos em outros elos constituintes destas redes produtivas globais.**

O segundo fator parece estar associado a um movimento de superação crescente das deficiências da estrutura produtiva chinesa, o qual começa a se consolidar a partir de meados dos anos 2.000. Explica-se: uma vez que o aumento da capacidade produtiva chinesa voltada à exportação ocorre paralelamente ao adensamento das cadeias produtivas locais em diversos setores, observa-se no período analisado uma intensa demanda por bens de capitais, máquinas e equipamentos importados. Estes, por sua vez, configuram-se como condições necessárias (porém não suficientes) para viabilizar o aumento da capacidade produtiva associado tanto à expansão do mercado interno quanto externo.

Paralelamente ao crescimento dos fluxos de comércio, observa-se que as empresas estrangeiras também passam a responder por parcela crescente destes fluxos, alcançando cerca de 60% deste em 2005 segundo as estatísticas oficiais chinesas<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Dados disponibilizados por vários números do Chinese Statistical Yearbook.

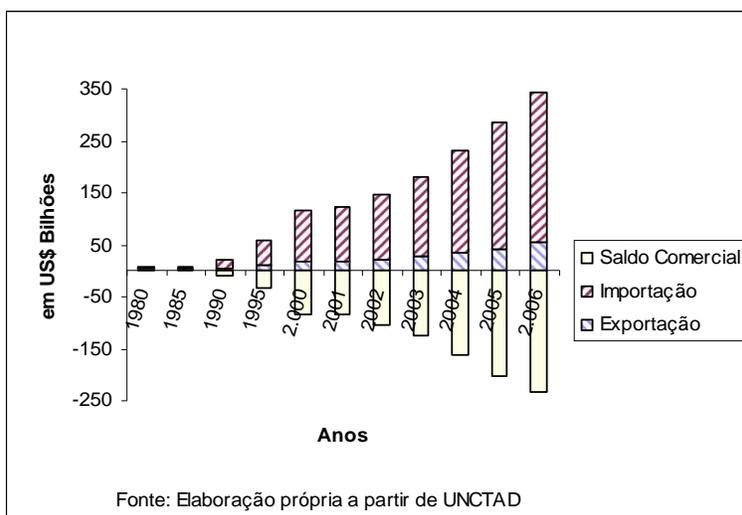
**Tabela 1:** Indicadores Seleccionados – China – Vários Anos

Ano	Exportação (em US\$ Bilhões)	Exportação (% do PIB)	Importação (em US\$ Bilhões)	Importação (% do PIB)	Saldo Comercial (em US\$ Bilhões)	Saldo Comercial (% do PIB)	PIB (em US\$ Bilhões)	Crescimento do PIB Real	Crescimento do Saldo Comercial	Contribuição do Saldo Comercial para o Crescimento (em pontos percentuais)	Contribuição do Saldo Comercial para o Total do Crescimento do PIB
1979	13,7	x	15,7	x	-2	x					
1980	18,1	5,9%	19,5	6,3%	-1,4	-0,5%	309,26				
1985	27,3	8,9%	42,5	13,8%	-15,2	-5,0%	307,02				
1990	62,9	16,1%	53,9	13,8%	9	2,3%	390,28				
1995	148,8	20,4%	132,1	18,1%	16,7	2,3%	727,95				
2000	249,2	20,8%	225,1	18,8%	24,1	2,0%	1.198,48				
2001	266,2	20,1%	243,6	18,4%	22,6	1,7%	1.324,81	8%	-6%	- 0,1 p.p.	-1%
2002	325,6	22,4%	295,2	20,3%	30,4	2,1%	1.453,83	9%	35%	0,7 p.p.	8%
2003	438,4	26,7%	412,8	25,2%	25,6	1,6%	1.640,96	10%	-16%	- 0,2 p.p.	-2%
2004	593,4	30,7%	561,4	29,1%	32	1,7%	1.931,65	10%	25%	0,4 p.p.	4%
2005	762	34,1%	660,1	29,5%	101,9	4,6%	2.235,75	12%	218%	10 p.p.	87%
2006	969,1	36,5%	791,5	29,8%	177,6	6,7%	2.657,84	15%	74%	5p.p.	34%

Fonte: Elaboração própria a partir de IMF (World Economic Outlook) e UNCTAD.

Nesse cenário, assim como observado nos exemplos clássicos de “desenvolvimento a convite“ (Japão, Coreia do Sul e Taiwan), a viabilidade econômica **de magnitudes crescentes de IDE essencialmente manufatureiro e export oriented tem como pré-condição sua acoplagem ao mercado dos EUA**. Como resultado desta acoplagem os fluxos comerciais entre os países cresceram a taxas exponenciais (vide gráfico 1) e a China torna-se em 2.006 o quarto maior mercado para as exportações estadunidenses e sua segunda maior fonte de importações (LIANG, 2007).

**Gráfico 1: Evolução do comércio exterior EUA – China – 1980 a 2.006 – (em US\$ bilhões)**



Não obstante os EUA possuam apenas o quarto maior estoque de IDE em operação na China, conforme lembram BRANSTETTER & FOLEY (2007) grande parte do crescimento de suas importações originárias da China podem ser atribuídas ao efeito de deslocamento das atividades manufatureiras (e não somente, nem principalmente, das unidades produtivas) de multinacionais estadunidenses para este país. Tal deslocamento, por sua vez, manifesta-se principalmente de duas maneiras.

Na primeira delas **o agente responsável pelo crescimento das importações oriundas da China é a própria empresa estadunidense**, uma vez que um número crescente destas optam por terceirizar sua produção através da sub-contratação de empresas manufatureiras estabelecidas na China.

Na segunda maneira, os principais responsáveis pelo incremento das exportações chinesas são as empresas manufatureiras asiáticas já anteriormente sub contratadas por empresas estadunidenses. Isso porque, conforme destaca MEDEIROS (1999) estas

empresas manufatureiras ao buscarem maiores vantagens competitivas a partir de sua inserção no paradigma dos “gansos voadores”, **deslocam suas unidades produtivas de outros países asiáticos (notadamente Hong Kong e Taiwan) para a China.**

Como consequência desta acoplagem à economia dos EUA através da internacionalização das atividades manufatureiras, as importações de origem chinesa assumiram importância crescente nos fluxos comerciais norte americanos, superando aquelas oriundas do Japão em 2002, do México em 2003 e situando-se em patamares muito próximos daquelas oriundas do Canadá em 2.006 (LUM & NANTO, 2007). Tal ascensão, por sua vez, fez com que a China apresentasse participação crescente no total do déficit comercial dos EUA, chegando a mais de 28% em 2.006. Apenas para ilustrar esta importância, segundo dados do USITC (US International Trade Commission), neste mesmo ano **o superávit chinês com os EUA representou mais de duas vezes o valor do déficit dos EUA com a UE – 27, quase duas vezes e meia o relativo aos países da OPEP e cerca de 2,6 vezes o relativo ao Japão.**

### **3. A economia Sino-Americana: estrutura, mecanismos de funcionamento e impactos internacionais**

A partir da consolidação dos diversos impactos da integração produtiva entre as economias chinesa e estadunidense principalmente no início dos anos 2.000, BELLUZZO (2005) aponta que a arquitetura econômica e também política do sistema internacional dá indícios de ter iniciado uma longa fase de reconfiguração.

A despeito do intenso debate sobre os potenciais efeitos desta reconfiguração para a manutenção do predomínio econômico e político global dos EUA, a argumentação adotada neste trabalho é a de que a constituição de uma economia Sino-Americana atua como condição *sine qua nom* para a ratificação da posição de liderança da economia estadunidense no cenário internacional. Em outras palavras, ao contrário da argumentação convencional que interpreta a consolidação da economia chinesa em uma posição de destaque no sistema internacional como uma ameaça à liderança estadunidense, este artigo procura mostrar que a interdependência na economia Sino-Americana é **um elemento central para a viabilização da liderança dos EUA no processo de acumulação capitalista no início do século XXI.**

Tal percepção justifica-se porque, ao se utilizar uma abordagem fundamentada na “economia política” procura-se mostrar que o *modus operandi* desta integração econômica configura-se como o principal fator potencializador da ampliação do espaço de valorização do capital da empresa transnacional estadunidense e da autonomia na formulação da política econômica deste país no período entre 2.000 e 2.006. Essa ampliação, por sua vez, decorre da interação complexa entre fenômenos originários das **dimensões produtivas, financeiras e políticas** tanto nas relações entre China – EUA e entre estes países e os demais atores do sistema econômico-político internacional.

A despeito da interdependência destes fenômenos e em virtude de sua complexidade, o esforço de compreensão da estrutura, dos mecanismos de funcionamento e dos impactos econômicos da formação da economia Sino-Americana no cenário econômico internacional será construído gradativamente em duas etapas. Assim, em primeiro lugar buscar-se-á analisar das raízes estruturais desta economia a partir da interdependência constituída simultaneamente nas esferas produtiva e financeira. Em seguida, este trabalho irá procurar analisar como a dinâmica de funcionamento desta interdependência engendrou mecanismos que irradiaram o dinamismo econômico para a esfera global e, ao mesmo tempo, reforçaram a pujança Sino-Americana entre 2.000 e 2.006.

Neste sentido, o primeiro fenômeno que se destaca na relação China – EUA é justamente a integração produtiva entre estes dois países. A partir desta integração tem se observado um crescimento exponencial do fluxo de mercadorias entre os países, fluxo esse que exerce diversos impactos sobre as respectivas economias.

A primeira dimensão desta relação é, sem dúvida, é o crescimento exponencial das exportações chinesas para o mercado norte americano. Apesar dos potenciais efeitos negativos da importação de produtos chineses sobre as atividades manufatureiras realizadas nos EUA<sup>9</sup>, estes produtos exercem diversos impactos positivos indiretos em várias esferas da economia norte americana, dentre as quais se destacam **o controle da inflação, o aumento da produtividade e a potencialização da acumulação por partes das empresas transnacionais estadunidenses.**

---

<sup>9</sup> BOWN et al (2005) examinam o impacto do déficit comercial norte americano com a China a partir de uma ênfase setorial. Para uma abordagem que enfatize os impactos políticos internos do déficit, ver LIANG (2007).

No que diz respeito à **inflação**, observa-se que devido a um conjunto de fatores (dentre os quais se destacam câmbio estável e desvalorizado, subsídios, crédito barato, altíssimas escalas e baixos custos da mão de obra) os produtos de origem chinesa chegam ao mercado dos EUA com custos invariavelmente menores do que aqueles produzidos localmente. Ao terem acesso a produtos com custos menores, por sua vez, os consumidores estadunidenses auferem um aumento de sua renda real.

Além disso, e talvez mais importante, ao exportarem deflação para os EUA, conforme demonstra o gráfico 2, os produtos chineses contribuem para a estabilidade do nível de preços interno da economia norte americana (FISHMAN, 2005).

**Gráfico 2: Índice de preço das importações estadunidenses originárias da China – dezembro de 2004 a junho de 2007- (em %)**



Fonte: US Bureau of Labour Statistics

Com a estabilidade do nível de preços assegurada, mesmo num cenário de forte crescimento econômico, **o FED aumenta sua margem de manobra para manter as taxas de juros em níveis baixos.** É exatamente neste cenário que se engendra um processo de expansão substancial da liquidez na economia estadunidense (e, em seguida, na economia internacional) a qual, por sua vez, traz consigo pelo menos dois importantes desdobramentos para o desempenho econômico dos EUA a partir dos anos 2.000.

O primeiro destes desdobramentos diz respeito à expansão do crédito às famílias o qual, beneficiando-se de taxas de juros declinantes, apresentou uma grande elevação no período entre 2.000 e 2.006. A partir desta expansão, dado o fato do consumo das famílias representar cerca de 70% do PIB dos EUA segundo a ótica do dispêndio, observa-se que este consumo configurou-se como o *primum mobile* do ciclo de crescimento da economia estadunidense nos anos 2.000. **Em outras palavras, destaca-se que entre 2.000 e 2.006 crescimento dos gastos de consumo das famílias foi o responsável por 87%<sup>10</sup> do total crescimento do PIB dos EUA.**

Como segundo desdobramento deste processo de adoção de uma política monetária expansiva destaca-se o surgimento de uma bolha nos ativos imobiliários e nos mercados financeiros. Devido à dinâmica de crescimento da economia estadunidense, o crescimento da renda *per capita* associado a um cenário de baixas taxas de juros e de expansão dos rendimentos financeiros das famílias fomentou um grande ciclo de euforia no período 2.000 – 2.006. **Este ciclo, por sua vez, ao aumentar a confiança dos consumidores através do efeito riqueza atuou como uma das bases da expansão da atividade econômica seja no mercado financeiro, no setor de serviços, no mercado imobiliário ou na indústria de bens de consumo.** Neste contexto, ao analisarem “a centralidade emergente do endividamento do consumidor” na economia estadunidense no período recente, GUTTMANN & PLIHON (2008) suspeitam que

“por meio da permanência do consumo impulsionado pelo endividamento em níveis suficientemente altos, o crescimento do PIB pode então ser incitado o bastante para sustentar, por sua vez, o crescente uso do endividamento pelas famílias por um longo período de tempo”.

Não obstante os efeitos deste *boom* na economia dos EUA, vale destacar que uma parcela deste dinamismo materializa-se no aumento das importações estadunidenses de mercadorias oriundas da China. **Assim, esta maior demanda por produtos chineses reforça a constituição da economia Sino-Americana, o que por sua vez, contribuiu positivamente no período para a manutenção das baixas taxas de inflação nos EUA.**

---

<sup>10</sup> Cálculos feitos a partir de dados disponibilizados pelo BEA – Bureau of Economic Analysis.

Paralelamente à contribuição para a estabilidade dos níveis de preço, as importações chinesas também exercem impacto indireto sobre a **competitividade da economia norte-americana**. Isso porque, conforme destaca MORRISON (2005), dentre os principais produtos de exportação chineses para os EUA encontram-se vários integrantes do complexo eletrônico e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (MORRISON, 2005). Segundo ERNST & NAUGHTON (2005), esses produtos, ao organizarem sua cadeia global de valorização através do paradigma da empresa-rede, passam a ser cada vez mais produzidos na China no “estado da arte” sob o comando de corporações transnacionais.

Neste cenário, como as TICs constituem-se a base do atual paradigma tecnológico, estes produtos são importantes instrumentos responsáveis pela incorporação do progresso técnico e pelo conseguinte aumento da produtividade. Assim, a despeito das dificuldades metodológicas de se isolar a contribuição das TIC para este aumento, vários estudos indicam que elas contribuíram positivamente para o crescimento da produtividade estadunidense entre 2.000 e 2.006<sup>11</sup>. Em outras palavras, há elementos para se afirmar que, ao menos indiretamente, a disponibilidade no mercado dos EUA de produtos tecnologicamente *up to date* e a preços baixos e decrescentes pode ter contribuído para o aumento da produtividade local.

Outro efeito importante decorrente da **integração** produtiva China-EUA é a **ampliação do espaço de valorização do capital das transnacionais estadunidenses**. Agregando-se a esse aumento dos lucros a oferta de mercadorias a custos cada vez mais baixos, tem-se o chamado “**efeito Wal Mart**”. Através deste efeito, assim denominado em virtude da estratégia concorrencial da maior rede varejista do mundo de aumentar substancialmente a participação dos produtos “*made in China*” nas suas prateleiras, observa-se uma integração produtiva China – EUA cada vez maior. Esta integração, por sua vez, ao incorporar fornecedores mais competitivos quando comparados aos estadunidenses traz consigo simultaneamente a diminuição do preço de uma gama cada vez maior de produtos e o decorrente o aumento da lucratividade das empresas transnacionais.

---

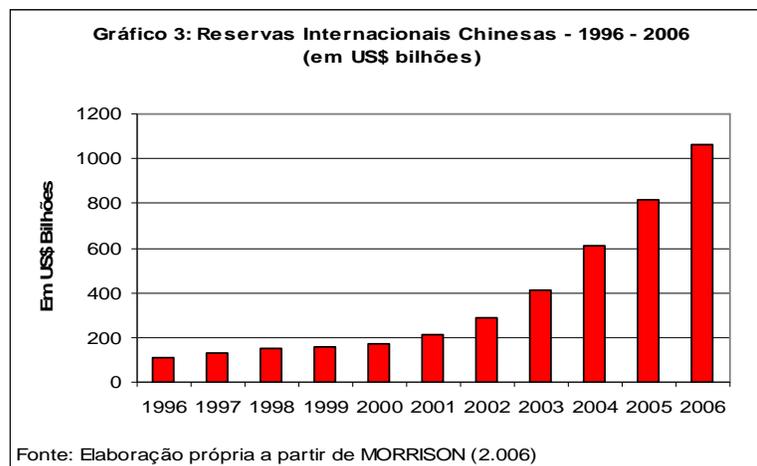
<sup>11</sup> Uma discussão do caráter transversal e pervasivo das TIC é apresentada em ROSELINO (2.006). Para uma revisão da vasta literatura acerca da mensuração dos efeitos das TIC na produtividade da economia estadunidense ver BRYNJOLFSSON (1991) e STIROH (2002).

Nesse cenário, ao contrário da dicotomia simplista apregoada pelo *mainstream* entre importações chinesas e *yuan* desvalorizado *versus* déficit comercial crescente e ameaça à indústria estadunidense, observa-se que a complementaridade entre os países é capaz de gerar diversos elementos positivos auto-reforçadores. Assim, ao analisar este processo, CARNEIRO (2006:7) mostra que

“É duvidoso que a valorização do *yuan* tivesse a capacidade de reduzir, expressivamente, o déficit comercial americano, melhorando a situação do emprego nos EUA. Isto pelo já referido *outsourcing* das atividades produtivas. Mas, certamente, uma das áreas nas quais a apreciação do *yuan* teria impacto expressivo seria na taxa de inflação americana.”

Na mesma linha de argumentação adotada por CARNEIRO (2006), observa-se que, o funcionamento da economia Sino-Americana também exerce importantes efeitos indiretos sob a sustentabilidade do crescimento das respectivas economias. Assim, como destaca BELLUZZO (2005), esses efeitos estão subordinados diretamente à articulação política entre as duas nações no que diz respeito **à estratégia de alocação do excesso de dólares acumulados pela economia chinesa.**

Conforme se pode observar no gráfico 3, em virtude da geração de mega superávits comerciais com os EUA e da absorção de vultosos fluxos de IDE, as reservas internacionais chinesas cresceram a uma taxa de cerca de 26% ao ano entre 1996 e 2.006 (entre 2001 e 2.006 essa taxa se acelera para 38% ao ano). Esta impressionante trajetória de acumulação de reservas, por sua vez, fez com que em junho de 2005 a China superasse o Japão e se tornasse o país com maior nível de reservas internacionais (MORRISON, 2.006).



Em virtude da política de controle dos fluxos de capitais e da importância da manutenção do *yuan* desvalorizado para a estratégia de desenvolvimento de longo prazo chinês, o People Bank of China (PBC) centraliza todo o controle sobre as reservas internacionais. Em outras palavras, conforme afirmam CUNHA, BIANCARELI & PRATES (2007: 552)

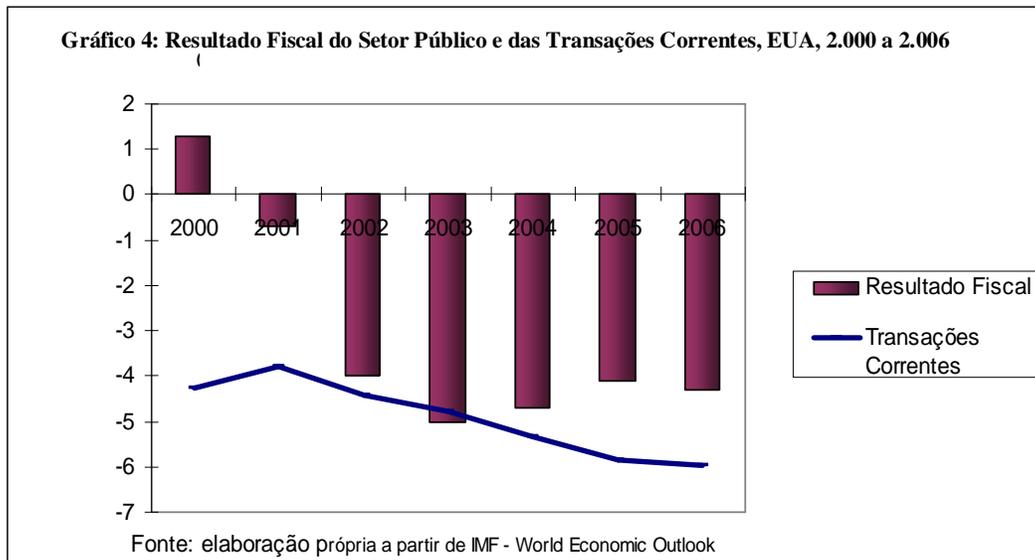
“o valor externo do *yuan* e a gestão dos fluxos de capitais são determinados, em última instância, pela ponderação entre os objetivos políticos de longo prazo e a necessidade de adaptação às circunstâncias conjunturais da China a um ambiente de internacionalização e de rápidas mudanças estruturais.”

Nesse cenário, estruturando suas ações a partir daquilo que estes mesmos autores denominam muito bem de diplomacia do *yuan* fraco, o PBC aplica grande parte de suas reservas (algo em torno de 60% a 70% segundo os autores) em títulos da dívida pública estadunidense e em outros títulos denominados em dólares.

Tal aplicação, por sua vez, constitui em importante fator para a sustentabilidade dos **déficits gêmeos norte americanos**. Assim, conforme destaca BELLUZZO (2005: 230) “as estratégias mercantilistas dos países asiáticos – concebidas para a geração de superávits comerciais e a acumulação de reservas – implicam necessariamente a demanda de ativos denominados em dólar”. Dessa forma, BELLUZZO (2006: 33) constata que

“Os países cuja estratégia é governada pelo saldo da balança comercial e pela acumulação de reservas “fecham o circuito” gasto-renda-poupança do “sistema americano” ao utilizar as poupanças em dólar para financiar o déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Essa dependência recíproca impede que os países asiáticos orientem a aplicação de suas reservas por critérios privados de risco-rentabilidade. Garantem assim uma demanda pela moeda americana que assegura uma certa estabilidade nas taxas de câmbio de suas moedas em relação ao dólar.”

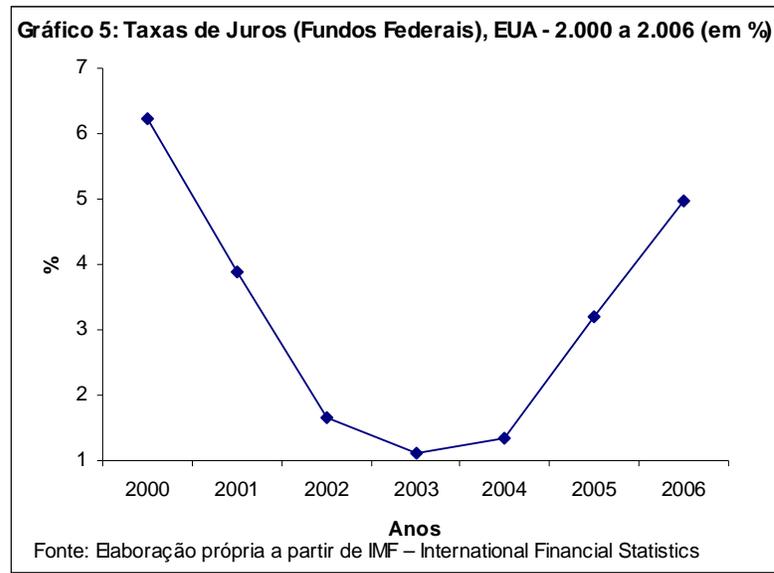
No **front externo** o déficit na conta corrente estadunidense inicia uma trajetória de crescimento a partir do início dos anos 90, saltando de um patamar próximo de 2% do PIB no início da década para cerca de 6% do PIB entre 2004 e 2006 (vide gráfico 4).



Já no **front interno**, depois de uma situação de equilíbrio em finais da década de 1990, a redução dos impostos e a expansão dos gastos militares fez com que o orçamento fiscal apresentasse uma deterioração crescente, chegando a déficits superiores a 4% do PIB em 2006 (gráfico 4). Assim, conforme destaca MACEDO (2006:70) ao analisar o “mais rápido aumento do déficit público observado na economia norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial”:

“Parte do estímulo resultante da rápida conversão dos (breves) superávits em déficits polpudos (mas absolutamente normais) vazou para o exterior, na forma de déficit comercial. Parte importante, porém, converteu-se em injeções de *cash* e mesmo em superávits financeiros de segmentos do setor privado norte-americano”.

Nesse cenário, a aplicação das reservas internacionais chinesas (e dos demais Bancos Centrais asiáticos) em títulos da dívida pública estadunidense e em outros títulos denominados em dólar exerceu importante papel para a manutenção (e até o declínio) das **taxas de juros internas** (vide gráfico 5) e **até mesmo para sustentabilidade (ou para uma diminuição mais amena) do valor do dólar no mercado internacional** (dado o cenário de grande deterioração das contas públicas e, principalmente, de piora considerável do déficit das transações correntes estadunidenses). **Em outras palavras, o acúmulo do gigantesco excedente comercial da China em relação aos EUA ao ser direcionado a este país, transformou-se em última instância no agente fiador da autonomia da política econômica estadunidense no período analisado**



Assim, a manutenção das taxas de juros em níveis baixos, exerce importantes efeitos tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

No **mercado interno**, ao viabilizar a expansão do endividamento das famílias norte-americanas ela **incentiva diretamente o crescimento econômico** e, indiretamente, estimula a demanda por importações chinesas. Este fato, por sua vez, realimenta o crescimento chinês e seu saldo comercial e o acúmulo de reservas, reforçando assim a interdependência entre os dois países.

No **mercado externo**, adotando-se a hipótese apresentada por CARNEIRO (2008) de inconversibilidade das moedas periféricas e da conseguinte hierarquia entre países no sistema monetário internacional, observa-se que a aplicação das reservas chinesas em títulos denominados em dólar definiu o “piso” das taxas de juros em níveis bastante baixos entre 2.000 e 2.006. Deste modo, permitiu que os demais países integrantes do sistema monetário internacional (notadamente aqueles pertencentes à periferia) usufríssem de uma **maior autonomia na formulação de políticas monetárias pró-crescimento**. Além disso, estas baixas taxas de juros também estimularam o crescimento global por meio do aumento generalizado (e não apenas direcionado para a China) da demanda por importações estadunidenses.

Utilizando este cenário como base, vários autores como DOOLEY, FOLKERTS-LANDAU & GARBER (2003) e DOOLEY, FOLKERTS-LANDAU & GARBER (2005) têm analisado a hipótese de emergência de um segundo arranjo de Bretton Woods. Segundo esta hipótese bastante polêmica, configurar-se-ia uma nova

ordem monetária internacional em que as moedas nacionais dos países periféricos gravitariam (em cotações estáveis) ao redor do dólar.

Além destes diversos impactos globais derivados do comportamento da economia estadunidense no arranjo China-EUA, a pujança econômica chinesa também foi responsável por importantes impactos diretos na economia internacional no período analisado.

O primeiro destes impactos está relacionado com a transformação da economia asiática a partir da emergência da China. Conforme destaca MEDEIROS (2.006: 389), tais impactos estão relacionados com a emergência da China como um duplo pólo na economia asiática ou seja, “como principal produtor de manufaturas intensivas (um pólo) e grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, indústrias de tecnologia e matérias primas”.

No **primeiro pólo** o principal impacto sobre a economia asiática foi o **deslocamento das exportações dos países com estrutura produtiva semelhante à chinesa do mercado norte-americano**. Assim, observa-se que entre 2.000 e 2.006, enquanto que a participação dos produtos chineses no total das importações estadunidenses evoluiu de pouco menos de 9% para 16%, a participação das importações originárias dos países constituintes do ASEAN caiu de 7,3% para 6,0%. Em outras palavras, tais dados oferecem indícios de que uma parcela do crescimento das exportações chinesas para os EUA derivou do deslocamento de países concorrentes (notadamente aqueles constituintes do ASEAN) .

Já no **segundo pólo**, observou-se que em virtude do grande crescimento econômico apresentado pela China desde o início da década de 1980, esta tem se configurado **como destino cada vez mais importante das exportações dos países asiáticos**. Nesse cenário, segundo MEDEIROS (2.006), notam-se grosso modo três padrões de comércio entre a China e os demais países asiáticos.

No primeiro deles, países com **um grau mais avançando de industrialização** como Japão e Coréia abastecem o ávido mercado chinês principalmente com máquinas e equipamentos<sup>12</sup>. No segundo, **Taiwan e Hong Kong aparecem como importantes fontes de IDE, centros prestadores de serviços financeiros e de intercâmbio**

---

<sup>12</sup> Segundo MEDEIROS (2.006), “em 2003 o Japão exportou mais para China, Hong Kong e Taiwan do que para os EUA, fato inédito no pós guerra”.

**comercial (principalmente no caso do último).** Por fim, no terceiro padrão de comércio observa-se que,

“mesmo deslocando outros países asiáticos produtores de bens de consumo de terceiros mercados (principalmente os países do ASEAN) (...) a expansão do seu consumo (da China) destes bens (...) leva a uma grande expansão do volume das exportações asiáticas quer para o atendimento do seu mercado interno quer indiretamente para o atendimento do mercado japonês ou coreano, dinamizados pela demanda de máquinas e equipamentos da China” (MEDEIROS, 2.006: 393).

Finalizando, não obstante estes importantes efeitos sobre o continente asiático, o crescimento econômico chinês também gerou importantes impulsos para diversos países **Latino-Americanos e Africanos**, principalmente aqueles produtores de *commodities* agrícolas e / ou minerais. Os mecanismos de transmissão destes impulsos, por sua vez, materializam-se em diversas dimensões.

Em uma destas dimensões, destaca-se que o crescimento exponencial da demanda chinesa por insumos, matérias primas e alimentos configurou-se como o principal elemento responsável pelo crescimento do superávit comercial de diversos países da América Latina e da África. Assim, a explosão da demanda chinesa por estes produtos além de viabilizar o crescimento do volume exportado por estes países (efeito-quantidade) também contribuiu decisivamente para a elevação do preço das *commodities* no mercado internacional. Esta elevação de mais de 90% no período entre 2.000 e 2.006 (conforme mostra a tabela 2), por sua vez, reforçou ainda mais o aumento do superávit comercial nos países em questão (efeito-preço).

Destaca-se como outra dimensão dos mecanismos de transmissão do dinamismo chinês para os países da A.L. e da África, conforme já explicado anteriormente, a importância da constituição da economia Sino-Americana para a sustentação de um período com alta liquidez internacional e baixas taxas de juros. Assim, agregando ao movimento de elevação dos superávits comerciais destes países o enorme fluxo de liquidez direcionado para a periferia do Sistema Monetário Internacional no período, observa-se uma significativa melhora nos saldos em transações correntes das nações africanas e latino americanas.

**Tabela 2: Indicadores Seleccionados, América Latina<sup>13</sup> e África (2.000 a 2.006)**

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Preço das Commodities (2000 = 100)</b>		100,0	92,1	92,1	102,7	127,2	158,0	190,7
<b>Saldo em Transações Correntes (em US\$ bilhões)</b>	África	8,084	1,031	-8,826	-4,073	2,051	15,631	27,829
	A.L.	-48,495	-53,87	-16,33	7,756	20,59	35,216	47,704
<b>Crescimento do PIB (variação % anual)</b>	África	3,5	4,9	6,2	5,4	6,5	5,8	6,1
	A.L.	4,1	0,7	0,5	2,2	6,1	4,7	5,5
<b>Inflação (variação % anual)</b>	África	11,7	11,0	9,0	8,6	6,4	7,1	6,3
	A.L.	8,3	6,5	8,7	10,5	6,6	6,3	5,3
<b>Dívida Externa Total (em % do PIB)</b>	África	62,8	62,6	60,1	51,4	43,9	34,0	24,7
	A.L.	36,7	38,2	42,3	42,0	36,9	30,0	24,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IMF - World Economic Outlook

Como efeito complementar a esta melhora (que evolui de um déficit de mais de US\$ 40 bilhões em 2.000 para um superávit de cerca de – pasmem – US\$ 75 bilhões em 2.006), também se destaca a drástica redução da Dívida Externa Total como porcentagem do PIB destes países. Agregando a este cenário a redução das taxas de inflação, observa-se um movimento de ampliação da autonomia na formulação de uma política monetária. Esta autonomia, por sua vez, ao se materializar em taxas de juros declinantes contribuiu positivamente para potencializar o ciclo de crescimento (conforme demonstra a tabela 2) observado no período entre 2.000 e 2.006 .

#### 4. Considerações Finais

Este artigo procurou descrever e analisar a integração e a interdependência na economia Sino-Americana. Assim, procurou analisar de que maneira os impactos da integração produtiva entre essas economias influenciaram o sistema econômico internacional principalmente a partir do início do século XXI.

A argumentação adotada neste trabalho foi a de que a constituição de uma economia Sino-Americana atou como condição *sine qua nom* para a ratificação da

<sup>13</sup> Devido à sua condição periférica, também se optou por incluir os países do Caribe.

posição de liderança da economia estadunidense no cenário internacional. Em outras palavras, ao contrário da argumentação convencional que interpreta a consolidação da economia chinesa em uma posição de destaque no sistema internacional como uma ameaça à liderança estadunidense, este artigo procurou mostrar que a interdependência na economia Sino-Americana é **um elemento central para a viabilização da liderança dos EUA no processo de acumulação capitalista no início do século XXI.**

Paralelamente, mostrou-se que a acoplagem à economia estadunidense permitiu à China a geração de vultosos e crescentes saldos comerciais, os quais contribuíram para a dinamização de sua economia.

Além disso, mostrou-se que os principais resultados positivos para os EUA oriundos da formação da economia Sino-Americana foram a contribuição para a manutenção da estabilidade de preços em seu mercado interno, para o aumento da produtividade decorrente da importação de bens intensivos em TIC a preços baixos e decrescentes, e para a manutenção de baixas taxas de juros viabilizadas pela aquisição de títulos denominados em dólar pela autoridade monetária chinesa.

Não suficiente a importância destes impactos para viabilizar e incentivar o crescimento econômico nos EUA e do incentivo à pujança econômica chinesa, os efeitos positivos da formação da economia Sino-Americana também se espalharam para diversas partes do globo no período entre 2.000 e 2.006.

No que diz respeito à Ásia, mostrou-se que o vigoroso ritmo de expansão da economia chinesa fez com que este país se transformasse num importante centro irradiador de dinamismo local. Já no que diz respeito à América Latina e à África destacou-se que a explosão da demanda chinesa por *commodities* agrícolas e minerais fez com que grande parte dos países destas regiões obtivessem uma melhora substancial em seus saldos na conta corrente, fato este que impulsionou o crescimento econômico e ampliou a autonomia destes países para a formulação de políticas econômicas pró-crescimento.

Finalizando, cabe destacar que não obstante os diversos efeitos benéficos oriundos da formação da economia Sino-Americana para o *boom* entre 2.000 e 2.006, sua sustentabilidade não é garantida “*a priori*”. Em outras palavras, a idéia da emergência de um **capitalismo auto regulado é falaciosa**. Isso porque a sustentação da dinâmica de funcionamento desta economia Sino-Americana (tal qual corroborou a crise

financeira internacional iniciada em meados de 2.008) ultrapassa a esfera do “*economics*” e é determinada em última instância por um complexo jogo de poder político arquitetado entre China e EUA.

Nesse cenário, além dos próprios efeitos da atual crise econômico-financeira internacional, três potenciais efeitos destabilizadores desta relação de interdependência entre as economias dos EUA e da China que podem ser destacados são (i) a convivência norte-americana para com a ascensão chinesa como potencial centro hegemônico regional na Ásia, (ii) a disponibilidade das autoridades chinesas continuarem financiando os déficits estadunidenses e a (iii) histórica disputa entre EUA e China acerca de Taiwan.

### **Referências Bibliográficas**

BELLUZZO, L. G. (2005); “O dólar e os desequilíbrios globais”, in Revista de Economia Política, vol. 25, no 3 (99), pp. 224-232, julho-setembro.

BELLUZZO, L. G. (2006); “As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais” in CARNEIRO (Org.) (2006) “A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula”, Editora UNESP.

BRANSTETTER, L.; FOLEY, C.F.; (2007); “Facts and fallacies about U.S. FDI in China”. Working Paper 13470, NBER, Cambridge, MA, USA.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (1980); “China e União Soviética, estatismo e socialismo”, Cadernos de Opinião 15, agosto 1980: 70-87. Reproduzido em A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia

BOWN, C.P.; CROWLEY, M.A.; McCULLOCH, R.; NAKAJIMA, D.J.; (2005); “The U.S. trade deficit: Made in China?”, in Economics Perspectives, 4Q.

BRYNJOLFSSON, E. (1991); “The Productivity Paradox of Information Technology: Review and Assessment”, Communications of the ACM, December, 1993.

CARNEIRO (2006); “Introdução” in CARNEIRO, R. (Org.) (2006); “A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula”, Editora UNESP.

CARNEIRO, R. (2008); “Globalização e inconvertibilidade monetária”, Revista de Economia Política v.28 n.4 São Paulo out./dez.

CHESNAIS, F. (1996) A Mundialização do Capital, São Paulo, Xamã Editora.

CUNHA, A.M.; BIANCARELI, A.M.; PRATES, D.M. (2007); “A diplomacia do Yuan fraco”, in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 11 (3): 525-562, set./dez.

DOOLEY, M.P.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. (2003); “An essay on the revived Bretton Woods System”, Working Paper 9971, NBER, Cambridge, MA., USA.

DOOLEY, M.P.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. (2005); “International financial Stability”, Deutsche Bank.

ERNST, D., KIM, L. (2002). “Global production networks, knowledge diffusion, and local capability formation”, Research Policy 31: 1417-1429.

ERNST, D. & NAUGHTON, B. (2005). China’s Emerging Industrial Economy – Insights from the IT Industry. Paper prepared for the East-West Center Conference, China’s Emerging Capitalist System, Honolulu, HI, August 10-12.

FISHMAN, T.C. (2005); China, Inc.: How the Rise of the Next Superpower Challenges America and the World, Ed. Scribner, New York, USA.

LIANG, B. (2007); “Political Economy of US Trade Policy Towards China”, in China & World Economy” / 50-54, Vol. 15m No 5.

LUM, T.; NANTO, D.K. (2007); “China’s trade with the United States and the World”, CRS Report for Congress RL314003, Prepared for Members and Committees of Congress, Washington, USA.

MACEDO e SILVA, A.C. (2006); “A montanha em movimento: uma notícia sobre as transformações recentes da economia global” in “A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula”, Editora UNESP.

MEDEIROS, C.A. (1999); “China: entre os séculos XX e XXI”, in FIORI, J.L. (org.); Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Editora Vozes, Petrópolis.

MEDEIROS, C. A. (2001); “A Economia Política da Crise e da Mudança Estrutural na Ásia”. Economia e Sociedade, Campinas, São Paulo, n. 17, p. 33-54.

MEDEIROS, C. A. (2004); “A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA:Alemanha”, Japão e China. In: José Luís Fiori. (Org.). O Poder Americano. Petrópolis: Vozes, v. , p. 139-178.

MEDEIROS, C. A. (2006); “A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática”. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 103), pp. 381-400

MEDEIROS, C. A. (2008); “Desenvolvimento Econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”. In: José Luis Fiori; Carlos Medeiros;

Franklin Serrano. (Org.). O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Record, v. , p. 173-277.

MORRISON, W.M. (2005); “China-U.S. Trade Issues”, Congressional Research Service ~ The Library of Congress, Washington, USA.

MORRISON, W.M. (2006); “China’s Economic Conditions”, Congressional Research Service ~ The Library of Congress, Washington, USA.

Naughton, B. (1996); “Growing out of the plan : Chinese economic reform, 1978-1993”.

ROSELINO, J.E.S. (2006). A INDÚSTRIA DE SOFTWARE: O ‘modelo brasileiro’ em perspectiva comparada. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas.

STIROH, K. J. (2002); “Information technology and US productivity revival: what do the industry data say?”. American Economic Review, Vol. 92, No. 5, pp. 1559-1576

WALLERSTEIN, I. (1979); “The Capitalist World-Economy”, Cambridge University Press, Cambridge, Londres.

WU, J. (2005); “Understanding and interpreting chinese economic reform”.

YAO, S. (2000); “Agriculture’s role in economic development: the case of China”, in COOK, S.; YAO, S.; ZHUANG, J. (orgs.); The Chinese Economy under Transition, London, Macmillan Press.